

# PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SUA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Alexandre de Souza Corrêa<sup>1</sup>  
Márcia Yukari Mizusaki<sup>2</sup>.

**Resumo:** Este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa desenvolvida para elaboração da dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da UFGD, que tem por objetivo analisar as condicionantes territoriais englobando a (re) produção do espaço na região sul do estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo as novas condições referentes à expansão da monocultura da cana-de-açúcar, especificamente as novas instalações de agroindústrias. Contudo nesse trabalho nos atentaremos em desenvolver um referencial teórico para esclarecer as condições da (re) produção do espaço, considerando a produção/reprodução do espaço como a luz da relação entre o homem x meio, que por sua vez, é desencadeada pelo processo de trabalho. Nesta perspectiva, a análise da atual configuração territorial de Mato Grosso do Sul pode ser pensada por meio de uma breve contextualização sobre o assunto. Iniciando-se pela primeira metade do século XX, onde o interior do Brasil apresentava pouca importância para a economia nacional. O Estado de Mato Grosso do Sul constituído enquanto unidade da federação após o desmembramento político do sul do antigo Mato Grosso, localiza-se em um ponto estrategicamente central nesta geografia, com a vantagem adicional de estar inserido como um dos maiores produtores de grãos e carne bovina do país. Entretanto, num novo contexto sócio-econômico mundial, vem-se aumentando o incentivo à produção de biocombustíveis, sendo o álcool produzido através da cana-de-açúcar, um produto em ascensão. A posição geográfica e o clima adequado fazem do estado uma região atrativa para as usinas, sendo notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool, e a substituição da produção agrícola de soja pela cana-de-açúcar. Dada à disponibilidade de terra, surgem então, empreendimentos no entorno dos eixos viários do estado, devido à proximidade da matéria-prima. Desta forma, surge a necessidade de estudar os aspectos econômicos e geográficos que este novo ciclo de produção ocasionará para o estado. Sobre a produção capitalista do espaço, pode-se dizer que dado o sistema econômico atual, tem-se, que o capitalismo é essencialmente um processo de acumulação de capital, que não existe capitalismo sem relações econômicas internacionais, e que as condições da produção capitalista e suas crises levam a uma concentração e centralização do capital. A expansão da produção capitalista também exige sua centralização, isto é, a absorção dos pequenos capitalistas pelos grandes e sua privação do capital. O aumento da produtividade do trabalho é uns dos elementos intrínsecos no modo de produção capitalista, este desenvolvimento do trabalho exige maiores quantidades de capital, aumentando assim a acumulação e a produção em larga escala, ou seja, o capital se reproduz, tanto financeiramente como espacialmente, no caso, esta reprodução espacial, esta ligada no campo a expansão de agroindústrias e no urbano a expansão de novas empresas tanto nacionais como transnacionais. Portanto, a necessidade do capital se mover, promove o domínio do espaço, o que implica na produção do espaço, em outras palavras, o capital se produz e também (re) produz. Assim, as primeiras formas de integração da formação e (re) produção sócio-espacial ao território brasileiro ocorreram no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, o qual o Brasil demonstrou um crescimento interno, via substituição de importações. Percebe-se, que houve maiores investimentos agrícolas, com incentivos do país, o qual realizou uma maior parte de captura econômica do rural, no era mais favorável ao estado de São Paulo. Dentro deste contexto, houve várias políticas de desenvolvimento abordadas pelo Estado, os quais influenciaram novos imigrantes de diferentes estados do Brasil, a fim de acelerar e movimentar economicamente o estado de Mato Grosso do Sul. O ponto principal é as novas reestruturações que vem surgindo no decorrer do século XXI, para tanto foi realizada uma abordagem das políticas de desenvolvimento no século passado, para verificar as políticas adotadas a partir do desenvolvimento de novas fontes de combustíveis, como a monocultura da cana-de-açúcar que vem se expandindo atualmente. O trabalho ainda busca verificar o processo acelerado de instalações de agroindústrias canavieiras que podem ocasionar o mesmo processo que ocorreu com a monocultura da soja, pois, visando a atender estas novas agroindústrias, percebe-se que as transformações na estrutura produtiva tendem a ocorrer na região.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2004) e professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados, nos cursos de graduação e mestrado em Geografia da UFGD.

## **1. INTRODUÇÃO**

A primeira metade do século XX, o interior do Brasil apresentava pouca importância para a economia nacional. Entretanto, é neste período que se inicia um processo de integração destas regiões. No período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, o rápido crescimento da economia cafeeira, foi responsável por criar fortes discrepâncias regionais de níveis de renda e consolidar o estado de São Paulo como futuro centro dinâmico da economia, aos quais, as demais regiões, necessariamente teriam de articular-se, assim, já durante a Primeira Guerra Mundial.

O Centro-Oeste brasileiro passou muito tempo desintegrado da economia nacional. Em partes, esse isolamento pode ser explicado pela extensa dimensão do território nacional e a falta de vias de acesso a essas regiões. Ainda pode-se dizer que até o início do século XX poucos eram os estímulos para se integrar à região a economia nacional, já que tínhamos uma quantidade de terras litorâneas e em suas proximidades, suficientes para atender a demanda interna por alimentos, principalmente antes da industrialização quando predominava a população no meio rural, e também para atender a demanda por café, principal produto de exportação.

A partir da década de 50 e 60 surgem políticas governamentais de industrialização, conhecidos como Processo de Substituição de Importações (SI) que tinha como principal objetivo o controle das importações e a manipulação da taxa de câmbio, buscando fortalecer o setor manufatureiro e o desenvolvimento da indústria nascente.

A expansão dessas e outras políticas governamentais que serão demonstradas no decorrer do trabalho foram definindo formas de apropriação do território, voltadas não somente para a agricultura e pecuária tradicionais, mas principalmente, pela agricultura de mercado, pela pecuária melhorada, e pelo processamento industrial da matéria-prima.

Além desta introdução e da conclusão, o presente trabalho está dividido em mais duas seções, na segunda seção será argumentada as políticas de desenvolvimento no estado de Mato Grosso do Sul, dando enfoque ao município de Dourados, onde há uma nova concentração de agroindústrias. E na terceira seção serão contextualizados os aspectos econômicos e geográficos de Dourados, no sentido de entender as transformações produtivas ocorridas nestes últimos anos.

## **2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO MATO GROSSO DO SUL**

A análise da atual configuração territorial de Mato Grosso do Sul pode ser pensada por meio de uma breve contextualização sobre o assunto. Iniciamos pela primeira metade do século XX, onde o interior do Brasil apresentava pouca importância para a economia nacional. Entretanto, é neste período que se inicia um processo de integração destas regiões, como descreve Furtado (1991 p.236-237): “O desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país (...) em um sistema com um mínimo de integração”.

Ainda ressalta-se que o período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, com o rápido crescimento da economia cafeeira, foi responsável por criar fortes discrepâncias regionais de níveis de renda e consolidar São Paulo como futuro centro dinâmico da economia, aos quais, as demais regiões, necessariamente teriam de articular-se, assim, já durante a Primeira Guerra Mundial. São Paulo destaca-se como centro cafeeiro-industrial, com a acentuação da disparidade regional, que ainda segundo análise de Furtado, este é um fenômeno observado universalmente, e

que em países subdesenvolvidos, se deixados à lógica das empresas, essa disparidade prolonga-se a seu ponto máximo, pois os próprios capitais formados nas regiões mais pobres tendem a se transferir para as regiões mais ricas, o que explicaria a necessidade de atuação do Governo na economia (FURTADO, *ibidem*).

O Centro-Oeste brasileiro passou muito tempo desintegrado da economia nacional. Em partes, esse isolamento pode ser explicado pela extensa dimensão do território nacional e a falta de vias de acesso a essas regiões. Ainda pode-se dizer que até o início do século XX poucos eram os estímulos para se integrar à região a economia nacional, já que tínhamos uma quantidade de terras litorâneas e em suas proximidades, suficientes para atender a demanda interna por alimentos, principalmente antes da industrialização quando predominava a população no meio rural, e também para atender a demanda por café, principal produto de exportação.

Na década de 1930, sob efeito da “Crise de 1929” houve uma grande redução das exportações, provocados pela superprodução no comércio internacional, que resultou em elevados índices de desemprego, principalmente nas indústrias, provocando uma queda na produção agrícola dos países. Nesta época surge uma fase recessiva da economia capitalista, onde podemos incluir a oligarquia ligada ao setor agro-exportador, especialmente de café e açúcar (São Paulo e Rio de Janeiro) (BOURLEGAT, 2000).

Conforme citado por Barcellos (2000) as migrações regionais no Brasil vem aumentando exponencialmente, a partir da década de 30 após a crise do café. Desde então, criou-se uma característica brasileira da migração no sentido rural-urbano, impulsionado na década de 50 e 60 pela CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina, sugerindo políticas de industrialização do país, chamado de Processo de Substituição de Importações (SI) que tinha como principal objetivo o controle das importações e a manipulação da taxa de câmbio, buscando fortalecer o setor manufatureiro e o desenvolvimento da indústria nascente (Tavares, 1972).

Nesse sentido geraram-se grandes expectativas no setor industrial e na população de regiões periféricas<sup>3</sup>. Propiciando o aumento do fluxo migratório para as metrópoles, ou pólos industriais (centros), principalmente para a região sudeste.

Diante destas circunstâncias, o país passou a buscar formas de manter os preços, exigindo da União empréstimos crescente de outros países, principalmente da Inglaterra. A classe agro-exportadora contou com o apoio dos tradicionais comerciantes ligados à importação e exportação. No entanto começou uma maior mobilização do país para o crescimento interno chamado de “*crescer para dentro*” voltados à valorização do mercado nacional. Fortaleceu-se então, por meio de uma intervenção maior do antigo estado do Mato Grosso com os mercados paulistas, como um dos abastecedores desse mercado. Já os latifúndios do sul do Mato Grosso estavam voltados basicamente ao atendimento do comércio de exportação, via Bacia do Prata.

Nesta perspectiva, a industrialização brasileira ao contrário dos países europeus, não se deu por inovação agrícola numa situação de esgotamento de terras como ocorrera na Europa, mas com terras agrícolas ociosas ainda muito abundantes e um excedente de força de trabalho.

As autoridades brasileiras com uma visão nacionalista-desenvolvimentista restringiram a entrada de imigrantes para valorizar o processo de colonização por brasileiros. Esta estratégia ficou conhecida como “*marcha para o oeste*”<sup>4</sup>, provocando

---

<sup>3</sup> Periféricas se referem ao conceito cepalino de centro e periferia.

<sup>4</sup> O Governo Federal passou a incentivar a ocupação dos imensos “vazios demográficos” no interior do país. O primeiro programa de ocupação foi denominado de “Marcha para o Oeste” com a criação da Fundação Brasil Central, que tinha como objetivo mapear e criar núcleos populacionais em diversas áreas do Centro-Oeste. (ALVES, 2003).

uma expansão da “fronteira agrícola” e um processo de ocupação seletiva das terras das empresas particulares e sob incentivos governamentais. Portanto, as regiões fronteiriças ganharam grande importância, pois começaram a perceber o avanço de países vizinhos almejando essas terras, visto que poderiam adotar uma política de fronteira, que faria com que a vida na fronteira fosse dada pelo “povoamento produtivo” e uma intensificação das vias de comunicação terrestres e fluviais (BOURLEGAT 2000).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) proporcionou à região uma diferenciação da estrutura agrária em relação à nacional, contribuindo para impulsionar a agricultura na região. A aproximação da área demarcada com a estrada de ferro, junto à propaganda do Governo, incentivava as famílias a migrarem para a região. No âmbito social, este programa era também uma tentativa de desafogar as regiões nordeste, sudeste entre outras, expandirem a área de produção, como também, criar mercado consumidor para os produtos paulistas. Assim, todo o Centro-oeste passa a assumir a posição de extensão da economia paulista. Os investimentos em infraestrutura, que passaram a ser realizados na região - como o realizado nos troncos rodoviários que hoje cortam o interior do Brasil - proporcionaram o escoamento da produção, já que este seria um dos gargalos à integração da região; este modelo de integração rodoviário também é visto nas propostas da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste) até a década de 1973 (ABREU, 2001).

De acordo com Stein Neto (2005), a origem de Dourados<sup>5</sup> pode ser compreendida através de reduções das Companhias Mate Laranjeira, o qual originou cooperativas de pequenos produtores de erva mate. Definindo-se assim, três combinações de fatores que propiciaram a criação de Dourados, segundo o qual: o declínio da influência da Companhia Mate Laranjeira; o crescente fortalecimento das cooperativas independentes de exploração da erva-mate e, o crescente aumento populacional, aliados à conjuntura governamental favorável devido à geopolítica de Vargas, com a Campanha *Marcha para o Oeste*.

De fato, o crescimento gradativo econômico de Dourados e também populacional pode ser observado pela característica de situar-se em região de fronteira internacional, que proporcionou ao município intervenções federais. Podendo citar algumas políticas de desenvolvimento como Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criada em 1943; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) em 1971; o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e o Programa Corredores de Exportação em 1973; e por último o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) em 1976<sup>6</sup>.

Segundo Abreu (2001), será no Projeto de Integração Nacional, implementado pelos governos militares, através da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste), e liderados pelos interesses do capital multinacional, que Mato Grosso passará a ter uma função e também uma participação mais efetiva no contexto do capitalismo mundial, produzindo grãos e carne, com intenso investimento de capital, para serem exportados e colaborarem no equilíbrio da balança comercial brasileira que importava as plantas industriais obsoletas nos Estados Unidos e Europa, para iniciarem internamente o processo de agroindustrialização, que se daria basicamente, no estado de São Paulo.

A expansão dessas políticas foi definindo formas de apropriação do território, voltadas não somente para a agricultura e pecuária tradicionais, mas principalmente,

---

<sup>5</sup> Sua área compreendia os atuais municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Deodapólis, Angélica, Ivinhema, Glória de Dourados, Jateí, Vicentina, Naviraí, Caarapó e Laguna Carapã (STEIN NETO, 2005).

<sup>6</sup> Maiores informações ver ABREU (2001) e OLIVEIRA (1993)

pela agricultura de mercado, pela pecuária melhorada, e pelo processamento industrial da matéria-prima.

Já, durante toda a década de 1990, o tema mais fundamentado pelas obras, é o desenvolvimento sustentável. Que pode ser pensado, no sentido ideológico, como uma necessidade de preservar o meio ambiente para gerações futuras, porém, o que se têm, é a necessidade de manter o processo de acumulação e produção do capital.

Mantendo certo cuidado com o limite da fundamentação do texto, cabe abordar por último, a integração nacional e sul-americana, compreendendo novos e velhos paradigmas de desenvolvimento, mercado e integração. Assim, no texto de Haesbert (2004), destaca-se a desterritorialização do território, no sentido de que indústrias buscarão novos territórios, ou seja, irão se expandir num primeiro momento, porém, estas, não saem no território onde estão instaladas, e sim se multiplicam, ocorrendo dessa forma a multiterritorialidade e a regionalização.

Surge nesse contexto, novos modelos de desenvolvimento, voltados para o aspecto social, em que o Estado deve intervir para melhorar este aspecto e conseqüentemente outros. E que cooperativas baseadas em economias solidárias podem ser um novo modelo que ajuste ao atual sistema econômico.

Na América Latina, observa-se que a esquerda se fortaleceu com novos poderes, mais preocupados com a intervenção governamental no sentido de melhorar os aspectos sociais. Para tanto, entende-se que o objetivo é romper com o neoliberalismo para buscar novos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, os Estados Unidos considerado como única força hegemônica a partir da queda da URSS, ou seja, o antigo “Campo Socialista”.

Sader (2006) destaca uma hegemonia alternativa, no sentido de uma globalização mais solidária, com a preocupação de fluxos do capital especulativo, dívidas públicas, rejeição de patentes e democratização dos setores de comunicação.

Assim, ao pensar em novos modelos de desenvolvimento voltados aos aspectos sociais, a partir da base do sistema econômico atual, pode-se induzir a um mesmo modelo de desenvolvimento, ou seja, a um mesmo modelo voltado a acumulação de capital.

Nesse contexto, a Economia Solidária têm por objetivo se inserir nesse sistema econômico, com a intuição de formarem cooperativas e ajudar setores sociais em que o Estado não atua. Na economia solidária, se recria a idéia de economia, como base da relação homem x meio, onde a troca seria o alicerce que justificaria e forneceria melhor qualidade de vida. Nesse sentido, o consumo seria fruto de necessidades pessoais reais e não fruto de consumo por consumo, como realidade de uma cultura de mercado.

Portanto, novos modelos de desenvolvimento, buscam “quebrar” o poder hegemônico, no sentido de buscarem novas vias de desenvolvimento voltado aos aspectos sociais, porém a racionalidade desses novos modelos é de se inserir ao sistema atual, abrangendo dessa forma, que estes novos modelos não quebram esta hegemonia, apenas se adaptam a elas, já que, se pensarmos em um novo modelo, seria um modelo alternativo não inserido no sistema econômico predominante.

### **3. ASPECTOS ECONÔMICOS E TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA**

O Estado de Mato Grosso do Sul constituído enquanto unidade da federação após o desmembramento político do sul do antigo Mato Grosso, localiza-se em um ponto estrategicamente central nesta geografia, com a vantagem adicional de estar inserido como um dos maiores produtores de grãos e carne bovina do mundo. Os limites

geográficos incluem fronteiras com a Bolívia e Paraguai, além de 5 Estados brasileiros, a saber: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (SENAI/DN, 2003).

Entretanto, num novo contexto sócio-econômico mundial, vem-se aumentando o incentivo à produção de biocombustíveis, sendo o álcool produzido através da cana-de-açúcar, um produto em ascensão.

A posição geográfica e o clima adequado fazem do estado uma região atrativa para as usinas, sendo notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool, e a substituição da produção agrícola de soja pela cana-de-açúcar.

Dada à disponibilidade de terra, surgem então, empreendimentos no entorno dos eixos viários do estado, devido à proximidade da matéria-prima. Historicamente, o agronegócio tem se territorializado no Mato Grosso do Sul. Porém, deseja-se saber, qual é a contribuição deste, para o Estado, no período que corresponderá a este novo ciclo de produção de cana-de-açúcar.

De acordo com CUNHA (2006), outro aspecto importante é a dinâmica migratória que decorre em Mato Grosso do Sul. A economia sul-mato-grossense vem evoluindo e atraindo um crescente contingente de imigrantes. Entre 1980 e 2000, a população teve um aumento de 35 mil para aproximadamente 52 mil imigrantes.

É neste contexto, que podemos voltar à década de 1980, com o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL<sup>7</sup>, o qual visava incrementar a produção de álcool em todo Brasil, passando nos anos 80 por uma fase ascendente e, incentivando novas destilarias. Contudo, em 1979 existiam apenas duas destilarias. Já em 1983 eram oito em pleno funcionamento e duas em fase de montagem. Ainda no trabalho de ROSSINI (2003), argumenta que:

Apesar do processo de crescimento populacional e urbanização, a maior dificuldade encontrada pelas destilarias foi o componente mão-de-obra. A utilização de um contingente significativo de força de trabalho sazonal – devido à baixa utilização de maquinarias para colheita da cana – não foi fácil de ser dimensionada num Estado onde cresce o número de micro-indústrias, houve então um incentivo a imigração de bóias frias e de trabalhadores semi-qualificados. (Rossini, p. 14 2003).

O lançamento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) permitiu que no Mato Grosso do Sul se verificasse um aumento das usinas de produção de álcool, o que fez o governo incentivar a imigração de bóias frias para a região. Já a instalação dos frigoríficos por volta de 1982, 1986 não teve problemas com mão-de-obra, pois já implantada com uma alta relação capital/trabalho (OLIVEIRA, 2003). Este processo pode ser descrito assim: para “... as indústrias que transformam grandes quantidades de produtos primários, a tendência foi para localizá-las perto das fontes de matérias-primas, o que permitia minimizar os custos de transportes e maximizar a vantagem de escalas de produção” (FURTADO, 2000, p.328).

Num contexto histórico, verificam-se empresas ligadas ao processamento de grãos para a fabricação de óleo que, visando atender a esta demanda, vários produtores integraram-se ao sistema, neste caso, da monocultura da soja. Nesta perspectiva, observa-se o processo acelerado de instalações de agroindústrias canavieiras que podem ocasionar o mesmo processo que ocorreu com a soja, pois, visando a atender estas novas agroindústrias, percebe-se que as transformações na estrutura produtiva tendem a ocorrer na região.

---

<sup>7</sup> Como primeira fase da indústria de Mato Grosso do Sul, destacam-se dois tipos de indústrias de porte médio: os frigoríficos e as destilarias. Sendo o PROÁLCOOL instituído em 1975. ROSSINI (2003)

Pode-se dizer que as grandes propriedades estão mais voltadas às atividades extrativas (vegetal e/ou florestal) e à pecuária bovina, sendo bastante reduzida a sua contribuição na produção de alimentos e da maior parte das matérias-primas, com exceção da cana-de-açúcar. Pois, esta tende a ser uma cultura típica de grandes unidades, tanto em termos de área como de renda bruta, em praticamente todos os Estados onde é cultivada. Pode-se dizer que na pecuária, na cultura de cana e no reflorestamento, é que podem ser encontrados grandes empreendimentos agrícolas (SILVA, 1981).

Nas circunstâncias de reestruturação produtiva, na reorganização do papel das forças produtivas e na recomposição do ciclo de reprodução do capital, a agricultura canavieira atravessou por diferentes diferenciações no campo produtivo, marcado pela presença de empresas com elevada rentabilidade agroindustrial e por investimentos de capital na área técnico-científica cada vez maior, como contratação de mão-de-obra qualificada, crescimento da mecanização, informatização do setor de produção etc., diminuindo os custos de produção e aumentando a lucratividade, concentrando desta forma a renda da terra, neste setor agroindustrial. (SILVA, A. 2004).

Embora a utilização de combustíveis líquidos tenha se iniciado na década de 30 do século passado, foi em 1975, com o Programa Nacional do Álcool – Proálcool – que o Brasil iniciou um programa consistente de substituição de gasolina, como resposta às crises de petróleo de 1973 a 1979. A produção de álcool combustível atravessou diversas situações após quase trinta e dois anos de implantação do Proálcool. Nos primeiros dez anos, vivenciou-se um total sucesso, com a produção de álcool etílico saltando de 611 mil m<sup>3</sup>, na safra 1975/76, para 11,8 milhões m<sup>3</sup> na safra 1985/86. Na primeira safra, o álcool anidro representava 79% do total da produção de etanol, invertendo-se, após dez anos, o percentual para o álcool hidratado, 77,3%, graças à rápida penetração dos carros movidos 100% a álcool (hidratado) a partir do início dos anos 80. (SCANDIFFIO & FURTADO, 2006).

No final da década de 1980, o governo passou por crises de governança e de confiabilidade do setor sucroalcooleiro, admitindo um progressivo declínio do Programa, que gerou desabastecimento do vasto mercado nacional que havia se criado. Entretanto, este declínio não significou a estagnação da agroindústria da cana-de-açúcar, pois continuou expandindo-se por conta das exportações de açúcar, como argumenta Rodrigues & Ortiz (2006), concluindo:

O financiamento público ao programa escasseou a partir de 1987 enquanto o mercado internacional de açúcar teve preços em ascensão. Estes fatores por um lado desestimularam a expansão e a renovação dos canaviais e, por outro, levaram os produtores a desviar a matéria-prima da produção de etanol para a de açúcar, visando principalmente a exportação. Como resultado ocorreu um forte desabastecimento do biocombustível no final de 1989, e grandes filas nos postos de todas as cidades brasileiras. Ironicamente, chegou-se a importar metanol de origem fóssil e a adicionar 5% de gasolina no álcool carburante para ajudar a abastecer a frota de veículos. (RODRIGUES & ORTIZ, 2006, p. 06).

Em uma perspectiva estrutural, a dinâmica produtiva setorial que este ramo produtivo apresentou durante a década de 1990, é marcada pela extinção do Proálcool e também do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), junto com a adoção de políticas neoliberais e o aumento da capacidade e competitividade produtiva e tecnológica do setor, sustentada por políticas de desregulamentação e reestruturação produtiva,

promotora de uma nova fase de fusões e aquisições no interior da agroindústria canavieira nacional (SILVA & SUZUKI, 2005).

Em 2003, novas perspectivas surgiram para o uso de álcool hidratado, com a introdução de uma nova tecnologia para a frota de veículos leves, os carros *flex fuel*, capazes de aceitar qualquer grau de mistura de etanol ou de gasolina. Com a introdução dessa nova tecnologia, é de se esperar que a demanda de álcool hidratado no mercado interno continue aumentando, não colocando em risco a infra-estrutura de distribuição do país, que conta hoje com cerca de 30 mil postos de abastecimento do combustível renovável.

#### 4. CONCLUSÃO

As primeiras formas de integração da formação sócio-espacial ao território brasileiro ocorreram no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, o qual o país demonstrou um crescimento interno, via substituição de importações. Percebe-se, que houve maiores investimentos agrícolas, com incentivos do país, o qual realizou uma maior parte de captura econômica do rural, no era mais favorável ao estado de São Paulo.

Dentro deste contexto, houve várias políticas de desenvolvimento abordadas pelo Estado, os quais influenciaram novos imigrantes de diferentes estados do Brasil, a fim de acelerar e movimentar economicamente o estado de Mato Grosso do Sul. O ponto principal é as novas reestruturações que vem surgindo no decorrer do século XXI, para tanto foi realizada uma abordagem das políticas de desenvolvimento no século passado, para verificar as políticas adotadas a partir do desenvolvimento de novas fontes de combustíveis, como a monocultura da cana-de-açúcar que vem se expandindo atualmente.

O trabalho ainda busca verificar o processo acelerado de instalações de agroindústrias canavieiras que podem ocasionar o mesmo processo que ocorreu com a monocultura da soja, pois, visando a atender estas novas agroindústrias, percebe-se que as transformações na estrutura produtiva tendem a ocorrer na região.

#### 5. Referências Bibliográficas

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado) Geografia 2001.

ALVES, T. G. **O Planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Caminhos de Geografia – Revista on line 4(9)17-30, jun/ 2003 ISSN 1678-6343. Disponível em: [www.ig.ufu.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html)

BARCELLOS, T. **O panorama recente das migrações no Brasil: A situação do RS e da RMPA**. In: Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, FEE, V.28, n.1, p.181-200, jul. 2000.

CUNHA, J. M. P da. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª edição, Editora Nacional. 1991- São Paulo.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª edição, Editora Paz e Terra. 2000- São Paulo.



LE BOURLEGAT, C. A: **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. Pres. Prudente: Unesp/FCT, Tese (Doutorado) Geografia 2000.

OLIVEIRA, T. C. M.: **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande- Ed. UFMS, 2003.

RODRIGUES, D. ORTIZ L. **Em direção a sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil**. Ed. Amigos da Terra, 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br>.

ROSSINI, R. E. . **Nota, a título de apresentação**. In: **Tito Carlos Machado de Oliveira**. (Org.). **Agro-indústria e Reprodução do Espaço**. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, v. , p. 13-14.

SCANDIFFIO, M. I G & FURTADO, A. T. **Etanol: riqueza nacional adormecida**. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=261>

SENAI/DN. **Perfil Competitivo do Mercoeste**. Brasília, 2003.

STEIN NETO, Ataulfo Alves. **A ilegalidade na produção do espaço urbano em Dourados – MS**. Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Campus de Dourados.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

SILVA, A. E. R. da. **A Territorialização da Agroindústria Canavieira: a antiga usina Amália em Santa Rosa de Viterbo /SP**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, A. E. R da & SUZUKI, J.C. **Reestruturação produtiva, estrutura fundiária e trabalho: um estudo sobre o processo de modernização da agricultura canavieira e as transformações sociais no município de Santa Rosa de Viterbo - Sp**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SOUCHAUD, S E CARMO, R. **Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai**, setembro de 2006.

TAVARES, M. C. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. In: \_\_\_\_\_ . **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GUIMARÃES, E. L & LEME, H, J: **Centro-Oeste: Dinâmica recente e espacialidade em perspectiva**. IN: <http://www.ufu.br>, acessado em 09 de setembro de 2005.